

Estudo Técnico Preliminar 13/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23060.000123/2024-17

2. Histórico de Revisões

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
31/01/2024	1.0	Finalização da primeira versão do Estudo Técnico Preliminar - ETP.	Integrante Requisitante e Técnico
06/02/2024	1.1	Inserção do CATSER de cada item na tabela (item 13 do ETP) que apresenta a solução escolhida.	Integrante Requisitante e Técnico
06/02/2024	1.2	Alteração do nome do Gestor de TI titular para o substituto, em virtude de férias.	Integrante Requisitante
21/02/2024	1.3	Ajustes textuais em diversas partes do Estudo Técnico Preliminar - ETP e alteração do anexo deste ETP.	Integrante Requisitante
27/02/2024	1.4	Exclusão do item ligações internacionais (LDI), mediante justificativa apresentada no bojo deste ETP.	Equipe de planejamento da contratação.
08/03/2024	1.5	Exclusão dos itens relacionados à gestão e fiscalização contratual e ao início do contrato para que não haja choque de informações com o TR; E Ajustes nos tópicos 15 e 16 deste ETP.	Integrante Requisitante e Técnico
11/03/2024	1.6	Ajustes na tabela do tópico 18.1 deste Estudo Técnico Preliminar, uma vez que há fluxo definido e disponibilizado pelo SISP e alinhamento à EGD do Governo Federal;	Integrante Requisitante
13/03/2024	1.7	Ajustes no tópico 18 deste Estudo Técnico Preliminar - ETP, referente às providências a serem tomadas e nas numerações do artefato; Inserção da quantidade de 30 meses na tabela do tópico 13.	Integrante Requisitante
27/03/2024	1.8	Ajuste do tópico 12.2 para elucidar melhor os ciclos da contratação, a partir da vigência contratual.	Integrante Requisitante

3. Descrição da necessidade

3.1 Do Contexto

O objeto deste Estudo Técnico Preliminar é a contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC (fixo-fixo e fixo-móvel), nas modalidades Local e Longa Distância Nacional (LDN), a ser executado de forma contínua para atender às necessidades do Instituto Federal de Sergipe – IFS.

O IFS necessita de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), para atendimento ao público interno e externo, sendo o Sistema de Telefonia Fixo Comutado (STFC) meio insubstituível de comunicação. Importante ressaltar que o IFS já dispõe deste serviço,

cuja disponibilidade não pode ser interrompida, sob o risco de ameaça à eficiência do cumprimento de sua missão institucional, bem como do risco reputacional que sofreria em caso de solução de continuidade. Inclusive, é um serviço usado quando outros meios de comunicação não mais funcionam por sua confiabilidade e custo baixo.

Dessa forma, a telefonia fixa ainda é um meio eficiente de manter a comunicação, pois são meios usados massivamente por grande parte da população, portanto, são mecanismos efetivos na interação entre os servidores e o cidadão (fornecedor, aluno, outros servidores) que demanda de algum tipo de informação.

3.2 Do Alinhamento Estratégico

a) à EGD do Governo Federal

Objetivo 16	Otimização das infraestruturas de tecnologia da informação (EGD 2020-2024)
-------------	--

b) ao PDTIC do IFS

ID	Ação do PDTIC	ID	Meta Associada
A24	Prover serviços de telefonia fixa.	M05	Prover equipamentos e soluções necessários para suportar a infraestrutura de TI.

3.3 Das Definições Aplicadas ao Processo de Contratação desta Solução de TIC

Para uma melhor compreensão das áreas que não são técnicas, seguem abaixo, algumas definições usualmente aplicadas no serviço a ser contratado:

ÁREA LOCAL – área geográfica contínua de prestação de serviços, definida pela ANATEL, segundo critérios técnicos e econômicos, onde é prestado o STFC na modalidade local;

SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO – STFC – definidos no plano geral de Outorga como os serviços de telecomunicações que, por meio da transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia.

PERFIL DE TRÂFEGO – quantitativo médio mensal em chamadas e minutos, de ligações telefônicas ocorridas, em função de determinados dias horário, período de tempo, tipo de chamada e localidades ou área de numeração de origem e destino.

CÓDIGO DE ACESSO (número do telefone) – conjunto de caracteres numéricos ou alfanuméricos estabelecido em plano de numeração, que permite a identificação de assinante, de terminal de uso público ou de serviço a ele vinculado;

PORTABILIDADE DE CÓDIGO DE ACESSO - facilidade de rede que possibilita ao assinante de serviço de telecomunicações manter o código de acesso a ele designado, independentemente de prestadora desserviço de telecomunicações ou área do serviço.

VC-1- é aplicado nas chamadas destinadas a terminais móveis quando a área de tarifação do terminal que origina a chamada for a mesma área de registro(contratual) do assinante do serviço móvel (Ex.: Aracaju/SE (79) para Lagarto/SE (79).

VC-2- é aplicado nas chamadas de Longa distância Nacional(interurbanos) quando o primeiro dígito de Código Nacional do telefone de origem for igual ao primeiro dígito do Código Nacional do telefone de destino. (Ex.: SE (79) para SSA (71).

VC-3- É aplicado- é aplicado nas chamadas de Longa distância Nacional(interurbanos) quando o primeiro dígito de Código Nacional do telefone de origem for diferente do primeiro dígito do Código Nacional do telefone de destino. Ex. SE (79) para PR (41), RS (51) para SC (48).

MODALIDADE DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (LDN)- modalidade do STFC referente à chamada entre duas áreas locais distintas situadas no Território Nacional, conhecidas como chamadas interurbanas.

MODALIDADE DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL (LDI)- modalidade do STFC destinado a comunicação entre um ponto fixo situado no território nacional e um outro ponto no exterior.

TELEFONIA EM NUVEM é uma tecnologia que permite fazer e receber ligações totalmente pela internet – tendo a interface do sistema armazenada em nuvem;

DISCAGEM DIRETA A RAMAL – DDR é um sistema que consiste na discagem automática (sem intervenção da operadora /telefonista) a um ramal de um PABX, o que se tornou viável graças à automação dos sistemas de telefonia e à popularização das centrais privadas automáticas conectadas diretamente à RTP;

ENTRONCAMENTO E1 Também chamado de "Link E-1" ou "enlace digital" ou "2 mega". Sistema de transmissão a 2.048 Mbps, comum na Europa e adotado no Brasil com 32 canais digitais, cada um com uma velocidade de 64kbps, sendo 30 canais de voz ou dados, um canal para sincronismo e um canal para sinalização telefônica.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Tecnologia da Informação	Marcos Pereira dos Santos

5. Necessidades de Negócio

- a) Ligações locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC – LOCAL FIXO - FIXO);
- b) Ligações locais de telefones fixos para telefones móveis – STFC – LOCAL FIXO MÓVEL (VC1);
- c) Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos – STFC LDN FIXO-FIXO (Degraus 1 a 4) - Trata-se de ligações intermunicipais realizadas dentro do Estado de Sergipe;
- d) Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDN FIXO-MÓVEL (VC2 e VC3);

6. Necessidades Tecnológicas

- a) Portabilidade dos códigos de acesso;
- b) Considerar o melhor aproveitamento possível dos investimentos já realizados em infraestrutura pelo IFS;
- c) Prover mecanismos que assegurem a segurança das comunicações realizadas, no tocante à disponibilidade, integridade e confidencialidade;
- d) Identificador de chamadas;
- e) Discagem Direta a Ramal - DDR (até 200 ramais);
- f) Entroncamento E1

7. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

- a) A Contratada deve entregar, antes da ativação do serviço, documento com a identificação e a descrição de todo o equipamento instalado, incluindo as configurações básicas;

- b) As empresas responsáveis pela prestação do serviço, são responsáveis por toda instalação e manutenção relativas ao serviço para os endereços constantes neste ETP, sendo a parte interna acompanhada por equipe técnica do IFS;
- c) A prestadora de serviços deverá oferecer serviço de abertura de chamados 24 x 7 cujo acesso possa ser feito por e-mail, internet ou acessado por número único não tarifado, seguindo a especificação do SLA;
- d) A prestadora de serviço deverá garantir o sigilo e a confidencialidade das chamadas telefônicas, bem como de todas as informações de que venham a ter conhecimento por conta da prestação do serviço objeto deste instrumento, fazendo tal exigência também a seus empregados que venham a prestar serviços no âmbito do IFS ou que tenham acesso a informações da instituição;
- e) A quebra ou violação do sigilo telefônico e de dados, salvo por ordem judicial nas hipóteses e na forma que a Lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, a qualquer momento, ensejará a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;
- f) A empresa vencedora não poderá fazer uso da rede local da CONTRATANTE, inclusive da internet ou de seus equipamentos, como switches e servidores, sendo de sua responsabilidade todo o material (cabos, conectores, etc), equipamentos e mão de obra, destinados à instalação e ativação dos serviços objeto da contratação.

8. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

No IFS, a Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI é a unidade responsável por planejar, desenvolver, implantar e manter os sistemas de informação necessários para execução das funções administrativas e acadêmicas.

Com base nessas responsabilidades e para atingir as metas institucionais previstas no PDTIC vigente, a DTI investe na internalização de aplicações e serviços providos pela instituição com o objetivo de aumentar o nível de qualidade dos serviços ofertados.

Diante do exposto, o IFS designou uma equipe para planejamento desta contratação e levantamento dos itens a serem adquiridos e seus respectivos quantitativos. Em análise, buscou-se o quantitativo estimado de forma estatística. Diante desse desafio, restou ponderar entre à média mensal consumida nos últimos doze meses e o quantitativo celebrado no Contrato Nº 03/2019 para estimar os minutos, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 - Reitoria

ITEM	DESCRIÇÃO	METRICA	QUANT /POR MÊS	QUANT /POR 12 MESES	QUANT/ POR 30 MESES
1	Ligações locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC - LOCAL FIXO-FIXO)	Minutos	500	6000	15.000
2	Ligações locais de telefones fixos para telefones móveis - STFC - LOCAL FIXO-MÓVEL (VC1)	Minutos	500	6000	15.000
3	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos - STFC-LDN FIXO-FIXO (Degraus 1 a 4)	Minutos	500	6000	15.000
4	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDN FIXO-MÓVEL (VC2 E VC3)	Minutos	500	6000	15.000
5	Taxa de instalação/habilitação de serviço de telefonia STFC	Unidade	1	1	1

6	Assinatura de faixa de remuneração DDR (até 200 ramais)	Serviço Mensal	1	12	30
7	Assinatura de Entroncamento E1 – 32 Troncos	Serviço Mensal	1	12	30

Tabela 2 – Campus Aracaju

ITEM	DESCRIÇÃO	METRICA	QUANT /POR MÊS	QUANT /POR 12 MESES	QUANT/ POR 30 MESES
1	Ligações locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC - LOCAL FIXO-FIXO)	Minutos	500	6000	15.000
2	Ligações locais de telefones fixos para telefones móveis - STFC - LOCAL FIXO-MÓVEL (VC1)	Minutos	500	6000	15.000
3	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos - STFC-LDN FIXO-FIXO (Degraus 1 a 4)	Minutos	500	6000	15.000
4	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDN FIXO-MÓVEL (VC2 E VC3)	Minutos	500	6000	15.000
5	Taxa de instalação/habilitação de serviço de telefonia STFC	Unidade	1	1	1
6	Assinatura de faixa de remuneração DDR (200 ramais)	Serviço Mensal	1	12	30
7	Assinatura de Entroncamento E1 – 32 Troncos	Serviço Mensal	1	12	30

Observações:

Obs.: 1 Após reunião em 27/02/2024, pelo *microsoft teams*, a equipe de planejamento da contratação decidiu excluir o item ligações internacionais (LDI) desta licitação. Porém é importante frisar que, caso haja necessidade da instituição, as ligações serão atendidas pelo serviço de telefonia móvel.

Obs.: 2 Inserimos os itens DDR e E1 para atender cada unidade do IFS, ambos são primordiais para automatização do serviço de telefonia fixa, ou seja, um serviço de melhor qualidade.

Obs.: 3 O faturamento mensal será por minuto consumido pela CONTRATADA.

A contratação por minutos consiste na contabilização da quantidade de minutos efetivamente utilizados pelo órgão num determinado período, sendo o pagamento efetuado com base no consumo mensal dos serviços. Essa forma de contratação tem sido amplamente utilizada na Administração Pública, demonstrando-se vantajosa e eficiente

Portanto, os volumes são meramente estimativos e não devem limitar o serviço de telefonia a ser prestado pela Contratada, que deve atender às demandas do IFS relativas ao objeto contratado durante o prazo de vigência do Contrato, mesmo que a quantidade efetiva de ligações seja superior ou inferior ao perfil de tráfego ora informado

Contudo, cabe esclarecer que a seleção do fornecedor será por Pregão SRP, com isso, provavelmente ocorrerá aumento do volume estimado, em decorrência da manifestação de interesse de outros órgãos e entidades. O item “Estimativa da Demanda” será devidamente comprovado pelo anexo I deste Estudo Técnico Preliminar – ETP.

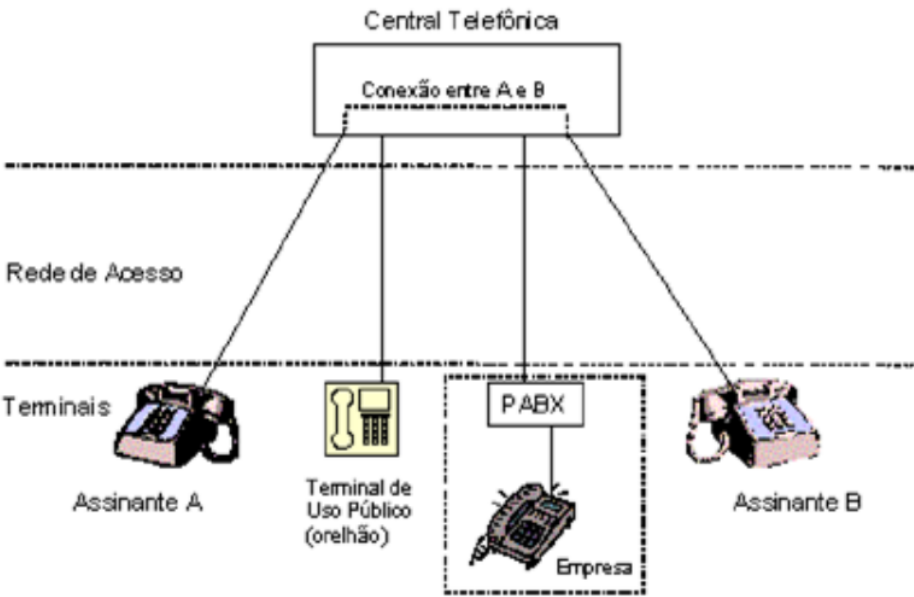
9. Levantamento de soluções

ID	Descrição da solução (ou cenário)
1	Telefonia TRADICIONAL
2	Telefonia em NUVEM

10. Análise comparativa de soluções

10.1 Solução 1: Telefonia Tradicional

A abordagem tradicional de fornecimento de serviços de telefonia aos usuários internos e externos dos órgãos da administração pública é o provimento de uma infraestrutura interna centrada em um dispositivo de comutação telefônica chamado de PABX (Private Automatic Branch Exchange) que é responsável pela interface entre os terminais telefônicos pessoais e o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) provido pelas operadoras do setor. Na literatura (ex: Corporate Telephony Strategies, Ronald Schlager), essa abordagem também é chamada de on-premise, uma vez que necessita a aquisição de equipamentos e a sustentação de uma infraestrutura dedicada própria da organização, além da contratação do STFC. Essa forma de prestação de serviço de telefonia tradicional consiste na junção de determinadas partes básicas conforme apresentada abaixo:



As vantagens da telefonia tradicional são:

- Baixo custos de infraestrutura central de comunicação (PABX) por muitos anos. Segundo estudo da Aneel uma central telefônica possui uma vida útil de 15 anos;
- Possibilidade de se trabalhar com diferentes tons de discagem;
- Baixo custo na configuração de funções adicionais à central;
- Maior controle e flexibilidade sobre o sistema de telefonia local;
- A sinalização ocorre sobre a rede LAN ao invés de concorrer com os recursos de internet.

10.2 Solução 2: Telefonia em Nuvem

A telefonia em nuvem (Cloud Telephony), também chamada de PABX em nuvem (Cloud PABX), é um modelo de negócio de fornecimento do serviço de telefonia IP, incluindo a PABX, pela internet por meio de um provedor externo. Esse modelo permite que a organização reduza os seus custos de capital (CAPEX) com a aquisição e manutenção de hardwares, seja a PABX propriamente dita, seja com os terminais de telefonia IP.

O serviço de telefonia em nuvem possui algumas variações no tocante aos terminais de telefonia. Há serviços que incluem o fornecimento de terminais IP na modalidade de locação de aparelhos além do serviço de PABX em nuvem. Há a opção do fornecimento do terminal em nuvem, ou seja, o acesso ao terminal é virtual ou realizado por meio de aplicativo via computadores ou via telefone celular. Uma terceira opção menos difundida de modelo de negócio de telefonia em nuvem é a utilização de equipamentos terminais próprios em conjunto com a contratação do serviço de telefonia em nuvem.

As vantagens da telefonia em nuvem são:

- Redução de gastos de capital (CAPEX) por meio da redução da necessidade de investimentos em hardware e da migração dos gastos para a categoria operacional (OPEX);
- Integração de diferentes ferramentas aos serviços de comunicação, criando-se fluxos de trabalhos mais otimizados;
- Maior mobilidade e flexibilidade na implementação de políticas de comunicação;
- Segundo esse conceito, qualquer dispositivo com uma conexão estável de internet que possua um aplicativo de telefonia em nuvem instalado pode apoiar o dia a dia de trabalho do funcionário;
- Maior eficiência no custo de serviços de comunicação ao se eliminar custos de manutenção de infraestrutura de telefonia na organização;
- Maior rastreabilidade e gerenciamento das comunicações. O modelo de telefonia em nuvem possui a funcionalidade, ou seja, os registros das chamadas são *call recording* armazenados em maiores detalhes para fins de gerenciamento e auditoria;
- Maior escalabilidade e customização dos serviços. A inclusão de novos usuários e a configuração de grupos é realizada via software sem a necessidade de intervenção física, a depender do modelo de negócio adotado, melhor dizendo, caso esteja sendo contratado o fornecimento de terminais telefônicos como serviço, deve-se considerar a logística para a entrega dos aparelhos;
- Maior segurança em termos de disponibilidade e resiliência dos serviços, por estarem hospedados fora da região física da organização, em geral em datacenters com estrutura adequada para redundância e resistência a desastres.

10.3 Análise Comparativa dos Cenários, a Partir do Requisitos Técnicos e Tecnológicos

REQUISITOS		CENÁRIOS	
		SOLUÇÃO 1: Telefonia Tradicional	SOLUÇÃO 2: Telefonia em Nuvem
	Ligações locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC – LOCAL FIXO - FIXO);	ATENDE	ATENDE

NEGÓCIO	Ligações locais de telefones fixos para telefones móveis – STFC – LOCAL FIXO MÓVEL (VC1);	ATENDE	ATENDE
	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos – STFC LDN FIXO-FIXO (Degraus 1 a 4) - Trata-se de ligações intermunicipais realizadas dentro do Estado de Sergipe;	ATENDE	ATENDE
	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDN FIXO-MÓVEL (VC2 e VC3);	ATENDE	ATENDE
TECNOLÓGICO	Portabilidade dos códigos de acesso.	ATENDE	ATENDE
	Considerar o melhor aproveitamento possível dos investimentos já realizados em infraestrutura pelo IFS.	ATENDE	ATENDE, COM RESSALVAS
	Prover mecanismos que assegurem a segurança das comunicações realizadas, no tocante à disponibilidade, integridade e confidencialidade.	ATENDE	ATENDE
	Identificador de chamadas	ATENDE	ATENDE
	DDR	ATENDE	ATENDE
	E1	ATENDE	ATENDE
RESULTADO DA ANÁLISE		VIAVEL	VIAVEL

10.4 Análise Comparativa dos Cenários, a Partir de Outros Requisitos

A análise comparativa das soluções consiste na identificação e comparação dos diferentes aspectos qualitativos em termos de benefícios ou obstáculos para o alcance dos objetivos da contratação.

Aspecto da Solução	Solução 1 - Telefonia Tradicional	Solução 2 - Telefonia em nuvem
Necessidade de ajuste da Infraestrutura atual:	Não, as soluções adotadas pelos órgãos já se encontram estabilizadas.	Sim, a implantação de PABX em nuvem i m p a c t a no dimensionamento dos serviços de acesso à internet. Necessariamente, deve- se implementar políticas de QoS nos switches além de se redimensionar A Velocidade dos links WAN, uma vez que o fluxo de dados correspondente às ligações internas e

		externas necessariamente será redirecionado para fora da organização pela saída de internet convencional.
Necessidade de contratação de serviços adicionais correlacionados ao objeto da contratação:	Sim, a contratação de serviços de telefonia requer a aquisição de aparelhos telefônicos, manutenção da infraestrutura de comunicação e serviços técnicos especializados em telefonia para assegurar o funcionamento da rede local.	Sim, pois além do serviço de PABX em nuvem é necessário a contratação do serviço de telefonia da operadora. Ademais, depende da modalidade de contrato: se houver locação de aparelhos ou utilização de aparelho virtualizado, não haverá necessidade de serviços adicionais; caso utilize-se aparelhos próprios, haverá a necessidade de contratação de serviço de suporte técnico especializado para o acervo de aparelhos.
Grau de dependência tecnológica:	Baixo, os serviços de telefonia e a infraestrutura local de telefonia observa padrões internacionais. A mudança da operadora não provoca impacto na infraestrutura local.	Moderado, uma vez que as configurações, dados de tráfego e demais informações gerenciais da central telefônica estão localizadas fora da organização gerando por conseguinte certa dependência tecnológica em função de eventuais custos de migração.
Grau de Integração de serviços e usabilidade ao usuário:	Baixo. Os serviços prestados na telefonia tradicional estão a d s t r i t o s à comunicação e à troca de mensagens	Baixo. Os serviços prestados na telefonia provida em nuvem estão adstritos à comunicação e à troca de mensagens.
Necessidade de revisão de processos de trabalho para utilização mais eficiente da solução:	Não há relação direta entre o uso da telefonia e os processos internos da organização.	Não há relação direta entre o uso da telefonia em nuvem e os processos internos da organização.
Maturidade do mercado no fornecimento da solução:	Consolidado. As soluções de telefonia tradicional são estáveis e intensivamente regulamentadas.	Em consolidação. As soluções de PABX virtual em telefonia em nuvem no Brasil possuem uma regulamentação recente datada de 2005.
Maturidade da Administração Pública na contratação da solução:	Amadurecido. As soluções de telefonia tradicional são estáveis e intensivamente regulamentadas.	Em processo de amadurecimento. As soluções de PABX virtual em telefonia em nuvem no Brasil possuem uma regulamentação recente datada de 2005. Inclusive não há um CATSER consolidado.
Pontos de falha:	Único ponto de falha centrado na infraestrutura local.	Pontos de falhas localizados na infraestrutura de acesso à internet e no provedor de serviços de PABX em nuvem.
	Baixo. Uma vez instalada a infraestrutura local, a implantação do serviço de telefonia requer poucos encargos em termos de	

Encargos de implantação da solução:	equipe alocada ou modificações em outros serviços.	Moderado. A implantação do serviço de telefonia em nuvem requer significativo esforço do corpo técnico local em conjunto com o fornecedor para descomissionamento da infraestrutura local e o redirecionamento para a infraestrutura em nuvem.
Necessidade de treinamento para o usuário:	Não. O uso do serviço convencional de telefonia não necessita de treinamento.	Não. O uso do serviço convencional de telefonia não necessita de treinamento. Neste caso a PABX em nuvem é transparente ao usuário final.
Necessidade de capacitação para equipe de operações:	Sim, deve-se promover a capacitação de equipe para operação e gerenciamento da central local bem como demais equipamentos.	Sim, a configuração e redirecionamento dos serviços em nuvem necessita de capacitação de corpo técnico local do órgão.

11. Registro de soluções consideradas inviáveis

Conforme demonstrado neste Estudo Técnico Preliminar não há solução inviável tecnicamente. Dessa forma, analisaremos a seguir, as soluções apontadas sob aspectos econômicos. Portanto, a escolha será com base nos impactos econômicos ao Instituto Federal de Sergipe – IFS.

12. Análise comparativa de custos (TCO)

12.1 Cálculo dos Custos Totais de Propriedade (TCO)

Os valores encontrados na tabela abaixo, são múltiplos com base nos quantitativos expostos em "Estimativa da Demanda" deste Estudo Técnico Preliminar - ETP, conforme fórmula a seguir:

$$\text{Quantidade Anual "X" Valor Unitário} = \text{Custo Anual}$$

Solução Viável 1: TELEFONIA TRADICIONAL					
Ano -->	1	2	3	4	5
Item					
Ligações locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC - LOCAL FIXO-FIXO)	360,00	360,00	360,00	360,00	360,00
Ligações locais de telefones fixos para telefones móveis - STFC - LOCAL FIXO-MÓVEL (VC1)	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00
Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos - STFC-LDN FIXO-FIXO (Degraus 1 a 4)	1.080,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00

Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDN FIXO-MÓVEL (VC2 E VC3)	2.640,00	2.640,00	2.640,00	2.640,00	2.640,00
Taxa de instalação/habilitação de serviço de telefonia STFC	517,38	-	-	-	-
Assinatura de faixa de remuneração DDR (até 200 ramais)	6.792, 00	6.792,00	6.792,00	6.792,00	6.792,00
Assinatura de Entroncamento E1 – 32 Troncos	11.002,56	11.002,56	11.002,56	11.002,56	11.002,56
Custo Total POR ANO	23.591,94	23.074,56	23.074,56	23.074,56	23.074,56

Solução Viável 1: TELEFONIA EM NUVEM – CATSER 18627					
Ano -->					
	1	2	3	4	5
Item					
Serviço de telefonia em nuvem (ramal) pelo período de 12 meses, com portabilidade, PABX em nuvem, pacote ilimitado de minutos, licença de conexão via softphone, implantação, configuração, treinamento e manutenção.	88.598,52	88.598,52	88.598,52	88.598,52	88.598,52
Custo Total POR ANO	88.598,52	88.598,52	88.598,52	88.598,52	88.598,52

12.2 Mapa Comparativo dos Cálculos Totais de Propriedade (TCO)

Descrição da solução	Estimativa de TCO ao longo dos anos		Total (05 ANOS)
	Ciclo 1 (30 meses)	Ciclo 2 (30 meses)	
Telefonia Tradicional	58.203,78	57.686,40	115.890,18
Telefonia em Nuvem	221.496,30	221.496,30	442.992,60

13. Descrição da solução de TIC a ser contratada

13. 1 Da Solução Escolhida

Tecnicamente, a solução em nuvem é um sonho para qualquer instituição pública. Contudo, economicamente, neste momento, não demonstra ser viável ao IFS. Portanto, a equipe de planejamento da contratação conclui que a “solução 1” seria a mais indicada neste momento.

Pontuamos também, a dificuldade em encontrarmos um CATSER para o serviço de telefonia em nuvem, aparentemente é uma solução pouco empregada nos órgãos públicos, provavelmente por causa dos custos da solução. Por fim, segue abaixo a descrição da solução escolhida:

GRUPO 1	ID	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DO IFS	METRICA	QUANT /POR MÊS	QUANT/POR 30 MESES
	1	Ligações locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC - LOCAL FIXO-FIXO)	26115	Campus Aracaju	Minutos	500	15.000
	2	Ligações locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC - LOCAL FIXO-FIXO)	26115	Reitoria	Minutos	500	15.000
	3	Ligações locais de telefones fixos para telefones móveis - STFC - LOCAL FIXO-MÓVEL (VC1)	26123	Campus Aracaju	Minutos	500	15.000
	4	Ligações locais de telefones fixos para telefones móveis - STFC - LOCAL FIXO-MÓVEL (VC1)	26123	Reitoria	Minutos	500	15.000
	5	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos - STFC-LDN FIXO-FIXO (Degraus 1 a 4)	26131	Campus Aracaju	Minutos	500	15.000
	6	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos - STFC-LDN FIXO-FIXO (Degraus 1 a 4)	26131	Reitoria	Minutos	500	15.000
	7	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDN FIXO-MÓVEL (VC2 E VC3)	26140	Campus Aracaju	Minutos	500	15.000

8	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDN FIXO-MÓVEL (VC2 E VC3)		Reitoria	Minutos	500	15.000
9	Taxa de instalação/habilitação de serviço de telefonia STFC	26085	Campus Aracaju	Unidade	1	1
10	Taxa de instalação/habilitação de serviço de telefonia STFC	26085	Reitoria	Unidade	1	1
11	Assinatura de faixa de remuneração DDR (200 ramais)	26093	Campus Aracaju	Serviço Mensal	1	30
12	Assinatura de faixa de remuneração DDR (100 ramais)	26093	Reitoria	Serviço Mensal	1	30
13	Assinatura de Entroncamento E1 – 32 Troncos	27731	Campus Aracaju	Serviço Mensal	1	30
14	Assinatura de Entroncamento E1 – 32 Troncos	27731	Reitoria	Serviço Mensal	1	30

13.2 Tabela de área local de Sergipe conforme a Resolução nº 755, de 11 de outubro de 2022 da Agência Nacional de Telecomunicações:

UNIDADE/ UASG	LOCAL DE FORNECIMENTO	ÁREA
Reitoria	Rua Dom José Thomaz, 194 - Bairro São José, Aracaju - SE, 49015-090.	079
Campus Aracaju	Avenida Engenheiro Gentil Tavares da Mota, 1166, Bairro Getúlio Vargas, Aracaju/SE, 49.055-260	079

13.3 Da Vigência Contratual - 30 meses

Quanto ao prazo de vigência da contratação ser de 30 (trinta) meses contados da assinatura do Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Nº 14.133, de 2021, este serviço esclarece que um período de vigência contratual ampliado contribui para que a contratação em tela possa ser considerada mais atrativa pelo mercado por meio de uma maior diluição dos custos, o que pode, inclusive, ter impactos sobre o preço final proposto pela licitante vencedora do certame, favorecendo a Administração em termos de economicidade e ampliação da competitividade. Seguindo esta lógica, a jurisprudência deste Tribunal sustenta a possibilidade da fixação do prazo de vigência estendido com a finalidade de obter preços e condições mais vantajosos para a Administração, como o Acórdão 3.320/2013-Segunda Câmara:

“O prazo de vigência de contratos de serviços contínuos deve ser estabelecido considerando-se as circunstâncias de forma objetiva, fazendo-se registrar no processo próprio o modo como interferem na decisão e quais suas consequências. Tal registro é especialmente importante quando se fizer necessário prazo inicial superior aos doze meses entendidos como regra pelo TCU. Há necessidade de se demonstrar o benefício decorrente do prazo estabelecido (Acórdão 3320/2013-Segunda Câmara).”

O princípio da competitividade é a essência da licitação. Em suma, o princípio da competitividade, de um lado, exige que se verifique a possibilidade de se ter um número ampliado de interessados que possam atender e fornecer o que a Administração Pública necessita. Portanto, a competição é exatamente a razão determinante do procedimento. Com um número maior de licitantes participando do evento licitatório, mais fácil será à Administração Pública encontrar a melhor oferta. É verdade que muitas vezes temos dificuldades para julgar a satisfação desse item editalício, porque a interpretação literal da legislação nos distancia do interesse público. Tais problemas de ordem prática deverão ser resolvidos com a aplicação do princípio da competitividade como o buscado com o alongamento da vigência do contrato.

A doutrina compreende que os ajustes que tenham como objeto serviços de execução continuada podem ser celebrados com prazo de vigência superior a 12 (doze) meses, o mesmo se aplicando às eventuais prorrogações, respeitado o limite legal máximo de 10 anos.

Assim também dispõe a Orientação Normativa nº 38/2011 da AGU: “Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada deve-se observar que: a) o prazo de vigência originário, de regra, é de até 12 meses; b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a Administração; e c) é juridicamente possível a prorrogação do contrato por prazo diverso do contratado originariamente”.

As sucessivas modificações do cenário das contratações públicas em relação à prestação de serviços contínuos levam à necessidade de amoldar melhor as regras às carências rotineiras da Administração Pública, soluções estas criadas para melhor atenderem às necessidades cotidianas da Administração. A razoabilidade impõe essa interpretação, pois, não se mostra sensato exigir que a vigência dos contratos de serviços prestados de forma contínua fique limitada a 12 (doze) meses, já que a praxe administrativa é de prorrogar por período máximo permitido por lei. Se há uma contratação que foi prevista no orçamento e os recursos estão disponíveis, não há obstáculos.

Diante do exposto, conclui-se que os serviços de natureza contínua podem ser celebrados por períodos superiores, não se mostrando razoável impor que a vigência desses contratos fique limitada ao prazo de 12 (doze) meses. As peculiaridades cotidianas da Administração levam esta equipe de planejamento a propor o prazo de 30 (trinta) meses, considerando, também, os requisitos que devem ser atendidos no momento da prorrogação.

Complementando ainda as justificativas, recentemente temos enfrentado as situações relatadas a seguir: o IFS manifesta interesse na prorrogação, pois os serviços estão sendo prestados de forma regular e a contento. Mas, por problemas na regularidade fiscal, penalidade aplicada por outros órgãos públicos, há proibição prevista pela norma no sentido de prorrogar contrato com empresa que não atenda à cláusula que estabeleça a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Esse evento fica mitigado com a adoção de um número menor de prorrogações durante o prazo máximo de 10 (dez) anos. Adotando a vigência de 30 (trinta) meses, teremos apenas 4 (quatro) termos aditivos. Caso contrário, tal situação gera para o IFS a necessidade de realização de um novo procedimento licitatório, acarretando um custo desnecessário, já que o procedimento demanda o envolvimento de vários setores para sua execução.

Diante do exposto, um prazo de vigência maior tornaria a contratação mais atrativa, estaria inserida na lógica de mercado da duração de contratos para esse tipo de serviço e contribuiria para mitigar os riscos de uma eventual necessidade da realização de uma nova contratação do serviço em tela e atenderia os princípios da economicidade, razoabilidade, competitividade e interesse público.

14. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 58.203,78

Segue também, o custo estimado da solução escolhida em:

30 dias (por mês)	12 meses (anual)	30 meses (Vigência Contratual)	60 meses (05 anos)
-------------------	------------------	--------------------------------	--------------------

R\$ 1.965,99	R\$ 23.591,94	R\$ 58.203,78	R\$115.890,18
--------------	---------------	---------------	---------------

15. Justificativa técnica da escolha da solução

15.1 Do Parcelamento da Contratação Decorrente de Aspectos Técnicos

Sobre essa questão, a Súmula Nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU) estabeleceu o seguinte:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala**, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade".

Do ponto de vista técnico, o critério pelo não parcelamento do objeto considerou as características técnicas, operacionais e os níveis de serviços envolvidos. O escopo, prestação de serviço de telefonia, é realizado por operadores que põem a disposição dos contratantes estrutura física e lógica que proporciona a comunicação. Ao parcelar o serviço a instituição criaria o ônus de manutenção de diversas estruturas físicas distintas, bem como incidiria em custos de instalação para cada prestador contratado, sendo, portanto, fator que depõe contra o parcelamento.

Desse modo, avaliando as características do objeto pretendido neste estudo, consideramos que o agrupamento da pretensão contratual é a mais viável do ponto de vista técnico, sendo que sua divisão pode prejudicar o conjunto do objeto, potencializando riscos e dificuldades na gestão técnica.

16. Justificativa econômica da escolha da solução

16.1 Do Parcelamento da Contratação Decorrente de Aspectos Econômicos

Sobre essa questão, a Súmula Nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU) estabeleceu o seguinte:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala**, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade".

Do ponto de vista administrativo, no Acórdão 5301/2013 - Segunda Câmara – Tribunal de Conta da União (TCU) entendeu como legítima a reunião em grupo de elementos de mesma característica, quando a adjudicação por itens isolados onerar “o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual”, o que pode comprometer a seleção da proposta mais vantajosa.

Desse modo, o agrupamento valoriza a economia de escala, permitindo que a única empresa contratada dilua os custos fixos atribuídos a execução sobre o montante global do contrato, proporcionando preço mais atrativo. Ademais o parcelamento incidiria num modelo de contratação que não é praticado no mercado nacional, tornando possível, inclusive, que diversos itens integrantes do escopo restassem fracassados.

17. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se alcançar os seguintes benefícios:

- Garantir o atendimento adequado aos usuários que demandem à unidade buscando conhecer e tratar de processos de seu interesse e decorrentes da atuação desta Autarquia Federal, visto que a forma de comunicação por telefone ainda é amplamente procurada;
- Garantir a prestação de serviços de suporte necessários ao bom desempenho das incumbências funcionais dos servidores integrantes do quadro permanente, ou outros postos à disposição da unidade;
- Garantir o suporte necessário ao funcionamento adequado na unidade através do apoio administrativo a diversas áreas contribuindo para a atividade fim do órgão.

18. Providências a serem Adotadas

18.1 Referente à Equipe de Gestão e Fiscalização Contratual

Ação	Status	Responsável
Indicação e previa ciência da equipe de fiscalização do contrato administrativo.	Não realizada	DTI/ Gestores dos campi
Solicitar capacitação do servidor que exercerá papel na equipe de fiscalização por curso específico e/ou ENAP.	Não realizada	Gestor de cada unidade

18.2 Referente à Sustentabilidade Ambiental

A empresa Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, em conformidade aos critérios de sustentabilidade da Lei nº 14.133/2021, considerando ainda:

- aplicação das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis;
- utilização de materiais que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- que os produtos sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- que os materiais não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)
- adquirir materiais que tenham sido produzidos observando os critérios de sustentabilidade ao meio ambiente, de conformidade com o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, dando preferência para aqueles fabricados com materiais recicláveis;
- cumprir as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

18.3 Referente à Adequação do Ambiente Interno

DESCRIÇÃO	SIM	NÃO
O IFS possui aparelhos telefônicos IP	X	
O IFS possui mesas P/ suporte .	X	
O IFS possui suporte técnico especializado	X	

19. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

19.1. Justificativa da Viabilidade

Neste Estudo Técnico Preliminar – ETP, a solução TELEFONIA TRADICIONAL é mais viável tecnicamente, sobretudo, economicamente.

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CRISTIANO ESTEVAN VASCONCELOS

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 27/03/2024 às 10:10:47.

LENIO EDBERG FREITAS BEZERRA DA SILVA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 27/03/2024 às 11:12:53.

MARCOS PEREIRA DOS SANTOS

Gestor de TI do IFS



Assinou eletronicamente em 27/03/2024 às 12:29:24.

Despacho: Aprovo.

JADSON FABIO SANTOS JUNIOR

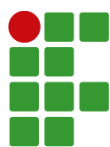
Gestor de TI em exercício

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Relatório de Pesquisa de Preço - Telefonia Tradicional.pdf (809.75 KB)
- Anexo II - Relatório de Pesquisa de Preço - Telefonia em Nuvem.pdf (1.22 MB)

Anexo I - Relatório de Pesquisa de Preço - Telefonia Tradicional.pdf



INSTITUTO FEDERAL

Sergipe

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49.020-390

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

(Processo Administrativo nº 23060.000123/2024-17)

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços abaixo discriminada em cumprimento ao determinado na Lei nº 14.133/21 e demais dispositivos legais, e em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021/SEGES/ME.

Trata-se de pesquisa de preços para eventual **Contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC (fixo-fixo e fixo-móvel), nas modalidades Local e Longa Distância Nacional (LDN), a ser executado de forma contínua para atender às necessidades do Instituto Federal de Sergipe – IFS.**

A pesquisa de preços foi realizada no período de **25/01/2024 a 31/01/2024**.



A metodologia aplicada ao valor de referência foi aferida por meio da média e foram obtidos após análise crítica de cada registro encontrado, dada a alta variação dos preços encontrados. A fonte de pesquisa utilizada levou em consideração o art. 5º da IN 65/2021/SEGES/ME, em especial os incisos I e II.

No PAINEL DE PREÇOS consideramos os seguintes filtros: **a) aquisições dos últimos 180 meses; b) CATSER; c) Modalidade de Compra - Pregão; d) Esfera Federal.**

ID	DESCRIÇÃO	CATSER	QUANT	VALOR DE REFERÊNCIA R\$
1	Ligações locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC - LOCAL FIXO-FIXO)	26115	1	0,03
2	Ligações locais de telefones fixos para telefones móveis - STFC - LOCAL FIXO-MÓVEL (VC1)	26123	1	0,10
3	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos - STFC-LDN FIXO-FIXO (Degraus 1 a 4)	26131	1	0,09
4	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDN FIXO-MÓVEL (VC2 E VC3)	26140	1	0,22
5	Taxa de instalação/habilitação de serviço de telefonia STFC	26085	1	258,69
6	Assinatura de faixa de remuneração DDR	26093	1	283,00
7	Assinatura de Entroncamento E1 – 32 Troncos	27731	1	458,44

A documentação comprobatória que compõem a pesquisa de preços, segue anexa ao processo.

É este, pois, o nosso relatório. À consideração superior para ciência e adoção das medidas que entender necessárias.

Integrante Requisitante ou Técnico	Integrante Administrativo
<div> Documento assinado digitalmente CRISTIANO ESTEVAN VASCONCELOS Data: 28/02/2024 10:08:31-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</div>	<div> Documento assinado digitalmente LORENA DE SOUZA SILVA MEDEIROS Data: 28/02/2024 10:44:16-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</div>

Aracaju/SE.



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA
R\$ 0,03

MEDIANA
R\$ 0,03

MENOR
R\$ 0,0089

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço Ano da Compra Modalidade da Compra Esfera Período da Compra
26115 2023, 2024 Pregão Federal Comprado Últimos 180 dias

Quantidade total de registros: 4

Registros apresentados: 1 a 4

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00066/2023	00004	Pregão	26115	CHAMADAS LOCAIS FIXO-FIXO STFC-LOCAL-FF		MINUTOS	734.000	R\$0,0089	ALGAR TELECOM S/A	JUSTICA ELEITORAL	070018 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SAO PAULO	14/08/2023
00020/2023	00004	Pregão	26115	CHAMADAS LOCAIS FIXO-FIXO STFC-LOCAL-FF		MINUTOS	90.000	R\$0,0189	ALGAR TELECOM S/A	INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE	158126 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE	14/08/2023
00012/2023	00001	Pregão	26115	CHAMADAS LOCAIS FIXO-FIXO STFC-LOCAL-FF		MINUTOS	48.000	R\$0,0375	SERCOMTEL S.A. - TELECOMUNICACOES	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	135028 - EMBRAPA FLORESTAS/COLOMBO/PR	02/08/2023
09364/2023	00002	Pregão	26115	CHAMADAS LOCAIS FIXO-FIXO STFC-LOCAL-FF		MINUTOS	2.400	R\$0,06	AUE PROVEDOR DE INTERNET LTDA	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SAO PAULO	158154 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SAO PAULO	08/08/2023



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA
R\$ 0,10

MEDIANA
R\$ 0,10

MENOR
R\$ 0,0446

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço Ano da Compra Modalidade da Compra Esfera Período da Compra
26123 2023, 2024 Pregão Federal Comprado Últimos 180 dias

Quantidade total de registros: 4

Registros apresentados: 1 a 4

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00066/2023	00005	Pregão	26123	CHAMADAS LOCAIS FIXO-MOVEL STFC-LOCAL-FM (VC1)		MINUTOS	91.000	R\$0,0446	ALGAR TELECOM S/A	JUSTICA ELEITORAL	070018 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SAO PAULO	14/08/2023
00020/2023	00005	Pregão	26123	CHAMADAS LOCAIS FIXO-MOVEL STFC-LOCAL-FM (VC1)		MINUTOS	60.000	R\$0,0895	ALGAR TELECOM S/A	INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE	158126 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE	14/08/2023
09364/2023	00003	Pregão	26123	CHAMADAS LOCAIS FIXO-MOVEL STFC-LOCAL-FM (VC1)		MINUTOS	480	R\$0,11	AUE PROVEDOR DE INTERNET LTDA	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SAO PAULO	158154 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SAO PAULO	08/08/2023
00012/2023	00002	Pregão	26123	CHAMADAS LOCAIS FIXO-MOVEL STFC-LOCAL-FM (VC1)		MINUTOS	1.800	R\$0,15	SERCOMTEL S.A. - TELECOMUNICACOES	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	135028 - EMBRAPA FLORESTAS/COLOMBO/PR	02/08/2023



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA
R\$ 0,09

MEDIANA
R\$ 0,08

MENOR
R\$ 0,029

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço Ano da Compra Modalidade da Compra Esfera Período da Compra
26131 2023, 2024 Pregão Federal Comprado Últimos 180 dias

Quantidade total de registros: 4

Registros apresentados: 1 a 4

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00020/2023	00006	Pregão	26131	CHAMADAS NACIONAIS FIXO-FIXO STFC-LDN-FF (DEGRAUS 1 A 4)		MINUTOS	60.000	R\$0,029	ALGAR TELECOM S/A	INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE	158126 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE	14/08/2023
00002/2023	00005	Pregão	26131	CHAMADAS NACIONAIS FIXO-FIXO STFC-LDN-FF (DEGRAUS 1 A 4)		MINUTOS	2.400	R\$0,04	ALGAR TELECOM S/A	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	135629 - CONAB SUPERINTENDENCIA REGIOANL DE SERGIPE	03/08/2023
09364/2023	00004	Pregão	26131	CHAMADAS NACIONAIS FIXO-FIXO STFC-LDN-FF (DEGRAUS 1 A 4)		MINUTOS	480	R\$0,12	AUE PROVEDOR DE INTERNET LTDA	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO	158154 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO	08/08/2023
09364/2023	00005	Pregão	26131	CHAMADAS NACIONAIS FIXO-FIXO STFC-LDN-FF (DEGRAUS 1 A 4)		MINUTOS	480	R\$0,18	AUE PROVEDOR DE INTERNET LTDA	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO	158154 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO	08/08/2023



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA
R\$ 0,22

MEDIANA
R\$ 0,18

MENOR
R\$ 0,05

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço Ano da Compra Modalidade da Compra Esfera Período da Compra
26140 2023, 2024 Pregão Federal Comprado Últimos 180 dias

Quantidade total de registros: 5

Registros apresentados: 1 a 5

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00002/2023	00006	Pregão	26140	CHAMADAS NACIONAIS FIXO-MOVEL - STFC-LDN-FM (VC2 E VC3)		MINUTOS	1.200	R\$0,05	ALGAR TELECOM S/A	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	135629 - CONAB SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE SERGIPE	03/08/2023
00020/2023	00007	Pregão	26140	CHAMADAS NACIONAIS FIXO-MOVEL - STFC-LDN-FM (VC2 E VC3)		MINUTOS	10.800	R\$0,0895	ALGAR TELECOM S/A	INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE	158126 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE	14/08/2023
09364/2023	00007	Pregão	26140	CHAMADAS NACIONAIS FIXO-MOVEL - STFC-LDN-FM (VC2 E VC3)		MINUTOS	144	R\$0,18	AUE PROVEDOR DE INTERNET LTDA	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO	158154 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO	08/08/2023
09364/2023	00006	Pregão	26140	CHAMADAS NACIONAIS FIXO-MOVEL - STFC-LDN-FM (VC2 E VC3)		MINUTOS	240	R\$0,18	AUE PROVEDOR DE INTERNET LTDA	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO	158154 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO	08/08/2023

00020/2023	00008	Pregão	26140	CHAMADAS NACIONAIS FIXO- MOVEL - STFC- LDN-FM (VC2 E VC3)		MINUTOS	1.800	R\$0,5797	ALGAR TELECOM S/A	INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE	158126 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE	14/08/2023
------------	-------	--------	-------	---	--	---------	-------	-----------	-------------------------	--	--------------------------------------	------------



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

R\$ 258,69

MEDIANA

R\$ 176,00

MENOR

R\$ 144

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço Ano da Compra Modalidade da Compra Esfera Período da Compra

26085 **2023, 2024** **Pregão** **Federal** **Comprado há mais de 180 dias**

Quantidade total de registros: 30

Registros apresentados: 1 a 30

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00008/2022	00001	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	1	R\$144	VETT - VIA EXPRESS TECNOLOGIA E TELECOMUNICACOES LTDA	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	255012 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE/MS	09/01/2023
00001/2023	00001	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	3	R\$666,31	ALGAR TELECOM S/A	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	153037 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	16/02/2023
00001/2023	00001	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	6	R\$144,60	BRLOGNET TELECOMUNICACOES LTDA	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	114631 - UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO RIO DE JANEIRO	23/01/2023
00001/2023	00003	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	3	R\$144,60	BRLOGNET TELECOMUNICACOES LTDA	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	114631 - UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO RIO DE JANEIRO	23/01/2023
00017/2022	00003	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	14	R\$150	BRSQLNET TELECOM LTDA	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	114625 - UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO RIO GRANDE DO SUL	15/02/2023

00001/2023	00005	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	4	R\$144,60	BRLOGNET TELECOMUNICACOES LTDA	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	114631 - UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO RIO DE JANEIRO	23/01/2023
00008/2022	00006	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	1	R\$207,78	BRIGHT TELECOM LTDA	CONSELHO REG.DE FIS. E TERAPIA OCUPACIONAL-MT	926395 - CONSELHO REG.DE FIS. E TERAPIA OCUPACIONAL-MT	30/01/2023
00004/2022	00007	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	2	R\$200	AVOIP TELECOM LTDA	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	373044 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PIAUI-IN CRA/SR-24	20/01/2023
00001/2023	00007	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	15	R\$147,19	OPT JUNTOS TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA	INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC.NAT.RENOVAV.	193114 - IBAMA - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL/PA	13/02/2023
00001/2023	00007	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	3	R\$144,60	BRLOGNET TELECOMUNICACOES LTDA	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	114631 - UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO RIO DE JANEIRO	23/01/2023
00007/2023	00009	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	11	R\$164,62	METODO TELECOMUNICACOES E COMERCIO LTDA	UFOB - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	158717 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	19/04/2023
00015/2023	00009	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	1	R\$272	ALGAR TELECOM S/A	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	135032 - EMBRAPA TRIGO/PASSO FUNDO/RS	18/07/2023
00001/2023	00009	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	3	R\$144,60	BRLOGNET TELECOMUNICACOES LTDA	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	114631 - UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO RIO DE JANEIRO	23/01/2023
00001/2023	00010	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	8	R\$150	ALGAR TELECOM S/A	INST.NAC. DE METROLOGIA, NORMAL.E QUAL.IND.	183023 - INST.NAC.DE METROLOGIA QUALIDADE E TECNOLOGIA	15/03/2023
00001/2023	00011	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	2	R\$144,60	BRLOGNET TELECOMUNICACOES LTDA	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	114631 - UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO RIO DE JANEIRO	23/01/2023
00017/2022	00011	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	1	R\$145	BR SULNET TELECOM LTDA	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	114625 - UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO RIO GRANDE DO SUL	15/02/2023
00001/2023	00014	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	7	R\$171,48	METODO TELECOMUNICACOES E COMERCIO LTDA	INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC.NAT.RENOVAV.	193114 - IBAMA - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL/PA	13/02/2023

00017/2022	00017	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	3	R\$300	TRI TELECOM LTDA	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	114625 - UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO RIO GRANDE DO SUL	15/02/2023
00011/2023	00025	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	1	R\$667,15	METODO TELECOMUNICACOES E COMERCIO LTDA	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA	158148 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA	20/03/2023
00017/2022	00029	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	1	R\$176	BR SULNET TELECOM LTDA	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	114625 - UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO RIO GRANDE DO SUL	15/02/2023
00011/2023	00033	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	1	R\$667,15	METODO TELECOMUNICACOES E COMERCIO LTDA	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA	158148 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA	20/03/2023
00017/2022	00033	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	1	R\$176	BR SULNET TELECOM LTDA	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	114625 - UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO RIO GRANDE DO SUL	15/02/2023
00017/2022	00037	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	1	R\$176	BR SULNET TELECOM LTDA	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	114625 - UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO RIO GRANDE DO SUL	15/02/2023
00017/2022	00051	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	1	R\$176	BR SULNET TELECOM LTDA	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	114625 - UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO RIO GRANDE DO SUL	15/02/2023
00011/2023	00057	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	1	R\$667,15	METODO TELECOMUNICACOES E COMERCIO LTDA	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA	158148 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA	20/03/2023
00017/2022	00057	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	1	R\$176	BR SULNET TELECOM LTDA	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	114625 - UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO RIO GRANDE DO SUL	15/02/2023
00017/2022	00061	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	2	R\$150	BR SULNET TELECOM LTDA	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	114625 - UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO RIO GRANDE DO SUL	15/02/2023
00017/2022	00063	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	1	R\$176	BR SULNET TELECOM LTDA	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	114625 - UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO RIO GRANDE DO SUL	15/02/2023
00011/2023	00065	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	1	R\$667,15	METODO TELECOMUNICACOES E COMERCIO LTDA	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA	158148 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA	20/03/2023

00017/2022	00073	Pregão	26085	TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC		UNIDADE	3	R\$300	TRI TELECOM LTDA	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	114625 - UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO RIO GRANDE DO SUL	15/02/2023
------------	-------	--------	-------	--	--	---------	---	--------	------------------	--	--	------------



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

R\$ 283,00

MEDIANA

R\$ 30,00

MENOR

R\$ 20

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço Ano da Compra Modalidade da Compra Esfera Período da Compra
26093 2023, 2024 Pregão Federal Comprado Últimos 180 dias

Quantidade total de registros: 3

Registros apresentados: 1 a 3

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00012/2023	00005	Pregão	26093	ASSINATURA DE DDR		UNIDADE	12	R\$20	SERCOMTEL S.A. - TELECOMUNICACOES	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	135028 - EMBRAPA FLORESTAS/COLOMBO/PR	02/08/2023
00020/2023	00003	Pregão	26093	ASSINATURA DE DDR		UNIDADE	60	R\$30	ALGAR TELECOM S/A	INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE	158126 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE	14/08/2023
00015/2023	00001	Pregão	26093	ASSINATURA DE DDR		UNIDADE	36	R\$799	SERCOMTEL S.A. - TELECOMUNICACOES	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	153178 - UTFPR - CAMPUS PONTA GROSSA	16/08/2023



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

R\$ 458,44

MEDIANA

R\$ 521,55

MENOR

R\$ 240,05

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço Ano da Compra Modalidade da Compra Esfera Período da Compra
27731 2023, 2024 Pregão Federal Comprado Últimos 180 dias

Quantidade total de registros: 9

Registros apresentados: 1 a 9

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00008/2023	00005	Pregão	27731	ASSINATURA DE ENTRONCAMENTO DIGITAL BIDIRECIONAL E1		UNIDADE	1	R\$240,05	DIGITRO TECNOLOGIA S.A.	CONSELHO REG. DE MEDICINA - SC	389180 - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - SC	07/08/2023
00008/2023	00012	Pregão	27731	ASSINATURA DE ENTRONCAMENTO DIGITAL BIDIRECIONAL E1		UNIDADE	1	R\$290,41	DIGITRO TECNOLOGIA S.A.	CONSELHO REG. DE MEDICINA - SC	389180 - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - SC	07/08/2023
00020/2023	00002	Pregão	27731	ASSINATURA DE ENTRONCAMENTO DIGITAL BIDIRECIONAL E1		UNIDADE	60	R\$300	ALGAR TELECOM S/A	INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE	158126 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE	14/08/2023
00008/2023	00002	Pregão	27731	ASSINATURA DE ENTRONCAMENTO DIGITAL BIDIRECIONAL E1		UNIDADE	60	R\$518,1856	DIGITRO TECNOLOGIA S.A.	CONSELHO REG. DE MEDICINA - SC	389180 - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - SC	07/08/2023
00008/2023	00004	Pregão	27731	ASSINATURA DE ENTRONCAMENTO DIGITAL BIDIRECIONAL E1		UNIDADE	100	R\$521,5453	DIGITRO TECNOLOGIA S.A.	CONSELHO REG. DE MEDICINA - SC	389180 - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - SC	07/08/2023

00008/2023	00009	Pregão	27731	ASSINATURA DE ENTRONCAMENTO DIGITAL BIDIRECIONAL E1		UNIDADE	1	R\$529,57	DIGITRO TECNOLOGIA S.A.	CONSELHO REG. DE MEDICINA - SC	389180 - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - SC	07/08/2023
00002/2023	00001	Pregão	27731	ASSINATURA DE ENTRONCAMENTO DIGITAL BIDIRECIONAL E1		UNIDADE	60	R\$558,33	ALGAR TELECOM S/A	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	135629 - CONAB SUPERINTENDENCIA REGIOANL DE SERGIPE	03/08/2023
00012/2023	00004	Pregão	27731	ASSINATURA DE ENTRONCAMENTO DIGITAL BIDIRECIONAL E1		UNIDADE	12	R\$570	SERCOMTEL S.A. - TELECOMUNICACOES	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	135028 - EMBRAPA FLORESTAS/COLOMBO/PR	02/08/2023
00008/2023	00010	Pregão	27731	ASSINATURA DE ENTRONCAMENTO DIGITAL BIDIRECIONAL E1		UNIDADE	10	R\$597,907	DIGITRO TECNOLOGIA S.A.	CONSELHO REG. DE MEDICINA - SC	389180 - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - SC	07/08/2023

Anexo II - Relatório de Pesquisa de Preço - Telefonia em Nuvem.pdf



INSTITUTO FEDERAL

Sergipe

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

Rua Francisco Portugal, 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, CEP 49.020-390

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

(APENAS PARA VERIFICAÇÃO DA VANTAJOSIDADE ECONÔMICA)

(Processo Administrativo nº 23060.000123/2024-17)

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços abaixo discriminada em cumprimento ao determinado na Lei nº 14.133/21 e demais dispositivos legais, e em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021/SEGES/ME.

Trata-se de pesquisa de preços para eventual **Contratação de Serviço Telefônico em Nuvem, a ser executado de forma contínua, para atender às necessidades do Instituto Federal de Sergipe – IFS.**

A pesquisa de preços foi realizada no período de **25/01/2024 a 31/01/2024.**

A metodologia aplicada ao valor de referência foi aferida por meio da média e foram obtidos após análise crítica de cada registro encontrado, dada a alta variação dos preços encontrados. A fonte de pesquisa utilizada levou em consideração o art. 5º da IN 65/2021/SEGES/ME, em especial os incisos I e II.

No PAINEL DE PREÇOS consideramos os seguintes filtros: **a) aquisições dos últimos 180 meses; b) CATSER; c) Modalidade de Compra - Pregão; d) Esfera Federal.** Neste caso, encontramos três pregões vinculados ao serviço, mas de difícil compreensão do valor unitário. Diante desse fato, recorremos a contratos administrativos celebrados com órgãos públicos e achamos duas contratações recentes, conforme a seguir:

ID	DESCRIÇÃO	CATSER	PAINEL DE PREÇOS	CONTRATO Nº 02/2023/SUDEC O	CONTRATO Nº 27/2023/PRE-FEITURA DE LONDRINA	VALOR MÉDIO
1	Serviço de telefonia em nuvem (ramal) pelo período de 12 meses, com portabilidade, PABX em nuvem, pacote ilimitado de minutos, licença de conexão via softphone, implantação, configuração, treinamento e manutenção.	18627	R\$ 14900,00	4\$ 4.497,63	R\$ 2.752,00	R\$ 7.383,21

A documentação comprobatória que compõem a pesquisa de preços, segue anexa ao processo.

É este, pois, o nosso relatório. À consideração superior para ciência e adoção das medidas

que entender necessárias.

Integrante Requisitante ou Técnico	Integrante Administrativo

Aracaju/SE.



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

R\$ 61.266,67

MEDIANA

R\$ 34.500,00

MENOR

R\$ 14.900

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço Ano da Compra Modalidade da Compra Esfera Período da Compra
18627 2023, 2024 Pregão Federal Comprado Últimos 180 dias

Quantidade total de registros: 3

Registros apresentados: 1 a 3

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00005/2023	00001	Pregão	18627	INSTALACAO / MANUTENCAO / EXPANSAO / PROGRAMACAO / LOCACAO EQUIPAMENTO TELEFONICO		UNIDADE	12	R\$14900	MESO TELECOMUNICACOES E SISTEMAS LTDA	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	264001 - FUNDAÇÃO J.D.FIGUEIREDO SEG.MED.TRABALHO/SP	11/08/2023
00007/2023	00001	Pregão	18627	INSTALACAO / MANUTENCAO / EXPANSAO / PROGRAMACAO / LOCACAO EQUIPAMENTO TELEFONICO		UNIDADE	1	R\$34500	SIGMA SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA.	MINISTERIO DA FAZENDA	170153 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF - PR	18/08/2023
00028/2023	00001	Pregão	18627	INSTALACAO / MANUTENCAO / EXPANSAO / PROGRAMACAO / LOCACAO EQUIPAMENTO TELEFONICO		UNIDADE	1	R\$134400	CENTRAIS VOIP LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155017 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SERGIPE	10/08/2023



SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE
SBN Quadra 1, Lote 30, Bloco F, 19º andar, Ed. Palácio da Agricultura - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70040-908
Telefone: (61) 3251-8547 e Fax: @fax_unidade@ - http://www.sudeco.gov.br

CONTRATO Nº 02/2023

PROCESSO Nº 59800.001506/2022-87

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2023, QUE FAZEM ENTRE SI A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (SUDECO) E A EMPRESA 3CORP SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA.

A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - SUDECO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.802.028/0001-94, com sede no Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco F, Edifício "Palácio da Agricultura", 18º, 19º e 20º andares, Brasília/DF, CEP: 70.041-907, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado seu Coordenador-Geral de Logística e Tecnologia da Informação, o Sr. **MICHEL ALEXANDRE TURCO**, nomeado pela Portaria nº 1.103, de 15 de abril de 2020, publicada no D.O.U, de 16 de abril de 2020, Seção 02, com competência para assinar contratos, conforme o Art. 1º, Inciso I, alínea e), da Portaria nº 174, de 21 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de junho de 2018, Seção 2, portador da Matrícula Funcional nº *****, e a empresa **3CORP SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.334.879/0001-61, sediada na Alameda Oceania, nº 56, Sala 02 e Galpão (Lado Direito) – Polo Empresarial, Tamboré – Santana de Parnaíba/SP – CEP: 06.543-308, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Diretor o Sr. **RODRIGO ROSÁRIO CAVALCANTE**, portador da Carteira de Identidade nº: *****, expedida pela (o) SSP/SP, e CPF nº *****, e o Diretor o Sr. **GILBERTO ZÁCARO JUNIOR**, portador da Carteira de Identidade nº **13.189.904-1** expedida pela (o) SSP/SP, e CPF nº ***** tendo em vista o que consta no Processo nº **59800.001506/2022-87** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e da Resolução SUDECO nº 28, de 4 de agosto de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 5/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação do serviço de Solução de Comunicação Unificada, com serviço telefônico fixo comutado – STFC e PABX virtual em nuvem, baseado em protocolo SIP e tecnologias VoIP (Voz sobre IP), com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, com Discagem Direta a Ramal, portabilidade numérica e fornecimento de equipamentos em comodato e softphone, a fim de atender as necessidades corporativas da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), conforme condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Item	Descrição/ Especificação	Código CATMAT/CATSER	Unidade de Medida
1	Implantação e Manutenção da Solução de Comunicação Unificada, com serviço telefônico fixo comutado – STFC e PABX virtual em nuvem, baseado em protocolo SIP e tecnologias VoIP (Voz sobre IP), com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, portabilidade numérica e fornecimento de equipamentos em comodato e softphone, a fim de atender as necessidades corporativas da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), pelo período de 12 meses.	18627	un.
2	Licenças de ramais Tipo I - para Terminal IP de mesa com ligações locais e nacionais ilimitadas com sistema de bilhetagem e tarifação.	26107	un.
3	Licenças de ramais Tipo II - para Terminal IP de mesa com ligações locais e nacionais ilimitadas com sistema de bilhetagem e tarifação.		un.
4	Licenças de ramais Tipo III - para Estrela de Conferência IP com ligações locais e nacionais ilimitadas com sistema de bilhetagem e tarifação.		un.
5	Softphone oferecendo ligações locais e nacionais ilimitadas com sistema de bilhetagem e tarifação. (Sob demanda)		un.
Valor total mensal: E=ΣD			
Valor global: F=E X 12			

* O valor exato é R\$ 22,349462365591397849462365591397849462365591397849462365591397849, tendo em vista o valor anual homologado para este item.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de **10/04/2023** e encerramento em **10/04/2024**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e
- 2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 4.497,633 (quatro mil quatrocentos e noventa e sete reais e sessenta e três centavos)**, perfazendo o valor total de **R\$ 53.971,60 (cinquenta e três mil novecentos e setenta e um reais e sessenta centavos)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 533018

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: 04.122.0032.2000.0050 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Regional / Administração da Unidade - Na Região Centro-Oeste;

Elemento de Despesa: 339040-05 - Locação de equipamento de Tecnologia da Informação (itens 1 a 4)

339040-06 - Locação de software (item 5);

PI: SERVIÇOS - SERVIÇOS DA SUDECO.

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993;

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Pela **CONTRATANTE**:

MICHEL ALEXANDRE TURCO

Coordenador-Geral de Logística e Tecnologia da Informação

Pela **CONTRATADA**:

RODRIGO ROSÁRIO CAVALCANTE

Representante Legal da Empresa

GILBERTO ZÁCARO JUNIOR

Representante Legal da Empresa

TESTEMUNHAS:

NOME: DANIEL FARIA BATISTA

NOME: LUDMYLLA MEDEIROS DO COUTO

CPF: *****

CPF: *****



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO ROSARIO CAVALCANTE**, **Usuário Externo**, em 10/03/2023, às 12:22, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 11.057 20/04/2022 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO ZACARO JUNIOR**, **Usuário Externo**, em 10/03/2023, às 12:26, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 11.057 20/04/2022 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Ludmylla Medeiros do Couto**, **Testemunha**, em 10/03/2023, às 15:23, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 11.057 20/04/2022 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Michel Alexandre Turco**, **Coordenador-Geral (CGLOG)**, em 10/03/2023, às 16:08, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 11.057 20/04/2022 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Faria Batista**, **Chefe de Divisão**, em 10/03/2023, às 16:10, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 11.057 20/04/2022 da Presidência da República.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://bit.ly/292Spi1>, informando o código verificador **0334526** e o código CRC **A791EEB3**.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 27/2023

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2023

(Processo Administrativo n.º 21/2023)

Objeto: Contratação de empresa especializada para solução centralizada de voz sobre IP, com estrutura de comunicações unificadas e PABX virtual em nuvem, com fornecimento de equipamentos, incluindo integração telefônica e suporte técnico especializado, visando a substituição total do sistema de telefonia atualmente utilizado na Câmara Municipal de Londrina.

Valor total do Contrato: R\$ 104.162,28 (cento e quatro mil, cento e sessenta e dois reais e vinte e oito centavos).

Vigência Contratual: 12 (doze) meses, a contar do dia seguinte ao de sua publicação no Jornal Oficial de Londrina, prorrogáveis por até 48 (quarenta e oito) meses.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 78.316.064/0001-93, com sede na Rua Gov. Parigot de Souza, 145, Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto, CEP n.º 86.015-903, no Município de Londrina – PR, neste ato representado por seu Presidente, Vereador **Emanoel Edison de Oliveira Gomes**, portador da Cédula de Identidade n.º 128617347 e do CPF n.º 087.598.737-01, doravante denominada Contratante;

Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico em epígrafe, conforme Relatório Final de Licitação e Termo de Homologação ratificado pelo Presidente da Câmara Municipal de Londrina;

Resolve firmar Contrato Administrativo com a **SERCOMTEL S.A. - TELECOMUNICAÇÕES**, inscrita no CNPJ sob o n.º. 01.371.416/0001-89, com sede na Rua Professor João Cândido, n.º. 555, CEP n.º. 86010-927, no Município de Londrina/PR, neste ato representada pelos Senhores **Aparecido Rodrigues De Andrade**, Consultor Comercial, portador da Cédula de Identidade n.º. 3.708.263-5 PR e CPF n.º 506.436.499-72, Fone (43) 3375-1307, e-mail: aparecido.andrade@sercomtel.net.br e **Edilene Balzanello**, Consultora Comercial, portador da Cédula de Identidade n.º. 5.077.370-1 PR e CPF n.º 714.005.919-53, Fone (43) 3375-1362, e-mail: edilene.balzanello@sercomtel.net.br, doravante denominada Contratada, nos seguintes termos:

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 – Londrina – PR





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto deste instrumento é a **Contratação de empresa especializada para solução centralizada de voz sobre IP, com estrutura de comunicações unificadas e PABX virtual em nuvem, com fornecimento de equipamentos, incluindo integração telefônica e suporte técnico especializado, visando a substituição total do sistema de telefonia atualmente utilizado na Câmara Municipal de Londrina**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no presente instrumento, no Termo de Referência, no Edital e seus Anexos.

2. A disciplina da abrangência da contratação; da qualificação técnica; dos requisitos para execução do objeto; do modelo de execução do objeto; do ambiente de instalação da Contratada; do licenciamento do software PABX IP; do treinamento aos usuários do software PABX IP; dos recursos de segurança; do serviço de licenciamento de aplicativo softphone; dos pacotes de utilização ilimitados no Brasil; da licença de canal para atendimento eletrônico (URA); da especificação mínima dos aparelhos telefônicos, fones *headsets* e *session border controler* (SBC); da solicitação de assistência técnica em caso de problemas a prestação dos serviços; da subcontratação; da prestação dos serviços e do recebimento; das obrigações da Contratada; das obrigações da Contratante; e do pagamento estão previstas no Termo de Referência, documento que integra o presente instrumento, como se nele estivesse transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta de recursos do orçamento vigente da Câmara Municipal de Londrina, conforme a seguinte classificação: Funcional programática: 01.010.01.031.0001.2001, Desdobramento (1): 3.3.90.40.14.00 – Telefonia Fixa e Móvel – Pacote de Comunicação e Desdobramento (2): 3.3.90.40.06.00 – Locação de Software; Funcional Programática: 01.010.01.031.0001.2001, Desdobramento: 3.3.90.39.12.00 – Locação de Máquinas e Equipamentos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

4. A contratação será realizada de acordo com as disposições do presente instrumento, e será formalizada por emissão de Nota de Empenho.

5. A Nota de Empenho deverá ser solicitada pelo Fiscal do Contrato.

5.1. O preço a ser empenhado deverá constar expressamente no pedido de empenho e deverá observar o preço registrado no presente instrumento.

5.2. O Fiscal do Contrato enviará, no endereço de *e-mail* da Contratada, Nota de Empenho a cada solicitação.

6. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 – Londrina – PR





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

7. O Contrato Administrativo terá vigência de 12 (doze) meses, prorrogáveis para até 48 (quarenta e oito) meses, e iniciar-se-á com o recebimento da Nota de Empenho pela CONTRATADA, podendo, por interesse da CONTRATANTE, ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, observando o limite estabelecido no Inciso IV do art. 57, da Lei n.º 8.666, de 1993, observados os seguintes requisitos:

- 7.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 7.2. A Administração mantenha interesse na realização dos serviços;
- 7.3. O valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- 7.4. A Contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

8. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

9. O Contrato não poderá ser prorrogado quando:

- 9.1. A Contratada tiver sido declarada inidônea no âmbito de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública federal, estadual, distrital ou municipal; ou declarada impedida de licitar por qualquer órgão ou entidade do Município de Londrina; ou ainda tiver sido suspensão de licitar e contratar pela própria Câmara Municipal de Londrina, enquanto perdurarem as penas aqui tratadas;
- 9.2. A Contratada não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10. A prorrogação de Contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS UNITÁRIOS E DO VALOR TOTAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

11. Os valores mensal, anual e total do Contrato Administrativo são:

Item	Descrição	Qtde.	Valor unitário/mês	Valor mensal total	Valor anual
1	Serviço de telefonia em nuvem (ramal) pelo período de 12 meses, com portabilidade, PABX em nuvem, pacote ilimitado de minutos, licença de conexão via softphone, implantação, configuração, treinamento e manutenção, conforme o Termo de Referência.	320 Ramais	R\$ 8,60	R\$ 2.752,00	R\$ 33.024,00

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 – Londrina – PR





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

2	Disponibilização de Licença de Session Border Controller, conforme Termo de Referência.	1 Licença (12 meses)	R\$ 266,66	R\$ 266,66	R\$ 3.199,92
3	Disponibilização de Licença a para canal de atendimento URA, conforme Termo de Referência.	1 Licença (12 meses)	R\$ 30,93	R\$ 30,93	R\$ 371,16
4	Locação de aparelhos telefônicos IP gigabit, conforme Termo de Referência.	300 aparelhos	R\$ 18,13	R\$ 5.439,00	R\$ 65.268,00
5	Locação de fones headsets, conforme Termo de Referência.	20 aparelhos	R\$ 9,58	R\$ 191,60	R\$ 2.299,20
Total mensal				R\$ 8.680,19	-
				Total final	R\$ 104.162,28

12. O presente instrumento possui valor total de **R\$ 104.162,28 (cento e quatro mil, cento e sessenta e dois reais e vinte e oito centavos)**.

13. Os quantitativos apresentados na Tabela acima se referem ao máximo que serão exigidos na contratação, sendo que **o mínimo será**:

- 13.1. Ramais IP: **160 ramais**;
- 13.2. Fornecimento de treinamento a servidores da CML: **0 treinamento/ano**;
- 13.3. Locação de aparelhos telefônicos gigabit: **140 aparelhos**;
- 13.4. Locação de fones Headsets: **0 aparelho**.

14. **A Contratante pagará proporcionalmente aos serviços prestados pela Contratada, podendo variar os quantitativos mínimos e máximos de acordo com os itens acima.**

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

15. O recebimento definitivo do objeto implica atestados de verificação do serviço às especificações descritas neste Termo de Referência.

16. Nenhuma espécie de recebimento prejudica a responsabilidade da empresa fornecedora por vícios ocultos.

17. O recebimento definitivo fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pelo fornecedor com preço registrado e do regular cumprimento das obrigações assumidas na contratação.

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 – Londrina – PR





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

18. O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo, pelo fiscal do contrato, da Nota Fiscal apresentada pela Contratada.
19. O prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, pelo servidor designado a atuar como fiscal da contratação, da Nota Fiscal apresentada pela Contratada.
20. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.
21. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
22. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a Ordem Bancária para pagamento.
23. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no Contrato Administrativo.
24. A Administração Pública poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

25. A fiscalização da contratação será exercida por representante da Câmara Municipal de Londrina, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e, quando necessário, dará ciência ao Gestor da contratação para tomar as medidas cabíveis.

25.1. A fiscalização da contratação será feita pelo servidor Augusto Raphael de Oliveira, lotado no Departamento de Administração Predial.

26. Ao Fiscal do Contrato ficam designadas as seguintes atribuições:

- 26.1. Somente solicitar prestações da Contratada mediante a apresentação de Nota de Empenho;
- 26.2. Receber e indicar o número do empenho na fatura, caso a Contratada não o tenha feito;
- 26.3. Verificar se o valor discriminado na Nota Fiscal é o contratado, antes de remetê-la ao Departamento Financeiro;
- 26.4. Notificar o Gestor do Contrato caso identifique qualquer irregularidade para eventual instauração de procedimento administrativo para aplicação de penalidade.

27. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 – Londrina – PR





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666, de 1993.

28. O Fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

29. A Contratada que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente Edital ficará sujeita às penalidades do Art. 7º da Lei 10.520/2002, bem como às previstas no arts. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, observando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.

30. Nos termos do art. 87 da Lei 8.666/1993 e art. 7º da Lei 10.520/2002, pela inexecução total ou parcial deste contrato, a contratada, garantida a defesa prévia, ficará sujeita às seguintes sanções:

30.1. **Advertência:** Nos casos exclusivamente de inexecução parcial do contrato, desde que não reincidentes, quando não cabível penalidade mais grave;

30.2. **Multa de:**

30.2.1. 0,5% (cinco décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de **atraso na execução dos serviços**, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

30.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

30.2.3. 0,5% a 3,0% (cinco décimos por cento a três por cento) por cento por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 2 e 3 constantes no item 26.3;

30.2.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 – Londrina – PR





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

30.3. **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar** com o Município de Londrina por até 5 (cinco) anos.

30.4. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública em geral, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

31. Para efeito de aplicação de multas, são atribuídos graus às infrações de acordo com as tabelas abaixo:

Tabela 2	
Grau	Correspondência
1	0,5% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	1,0% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	1,5% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	2,0% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,0% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 3		
INFRAÇÃO		
Item	Descrição	Grau
01	Deixar de atender, em no máximo 2 horas , nos casos de problemas com telefonia, que afete os ramais de maneira generalizada, e que dificultem de maneira grave ou impeçam sua utilização. (SEVERIDADE ALTA)	5
02	Deixar de apresentar, em no máximo 8 horas corridas , solução definitiva para os casos de problemas com telefonia, que afete os ramais de maneira generalizada e que dificultem de maneira grave ou impeçam sua utilização (SEVERIDADE ALTA)	5
03	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
04	Deixar de atender, em no máximo 1 dia útil a partir da constatação do problema , nos casos de falhas ou problemas que, mesmo NÃO inviabilizando a utilização, mas que as tornarem dificultosas (SEVERIDADE MÉDIA);	4
05	Deixar de apresentar solução definitiva dentro do prazo de até 02 dias úteis para os casos de que, mesmo NÃO inviabilizando a utilização, mas que as tornarem dificultosas (SEVERIDADE ALTA)	4

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 – Londrina – PR





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

06	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
07	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
08	Deixar de Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
09	Permitir o ingresso nas dependências da CML de pessoas sem autorização ou sem identificação.	1
10	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os PREPOSTOS previstos no edital/contrato;	1
11	Deixar de providenciar treinamento para os servidores e/ou funcionários terceirizados conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA;	1

32. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

33. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

34. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, instaurado por despacho do Diretor-Geral e julgado pelo Presidente da Câmara Municipal de Londrina.

35. Aplica-se subsidiariamente ao procedimento de penalização previsto no Edital, o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993, e analogicamente o previsto na Lei n.º 9.784, de 1999.

36. Previamente à aplicação de qualquer penalidade poderá a Contratada apresentar defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data em que for notificada a respeito.

36.1. Da decisão que aplicar a penalidade caberá um único pedido de reconsideração ao Presidente da Câmara Municipal de Londrina, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

37. Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, far-se-á a comunicação escrita à empresa e publicação no Jornal Oficial do Município, constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado em cadastro correspondente.

38. O prazo para pagamento da multa será de 05 (cinco) dias após o recebimento da notificação para recolhimento do valor.

39. A importância relativa ao valor da multa será corrigida pelo IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial), a partir dos respectivos fatos geradores.

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 – Londrina – PR





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO DO CONTRATO

40. A atribuição de Gestor de Contrato ficará a cargo do Departamento de Suprimentos e Patrimônio, por meio da servidora Lilian Matsubara Denobi Vieira, matrícula 11018, e substitutivamente pela servidora Allana Ferreira de Andrade Melanda, matrícula 99970. Na ausência das referidas servidoras, a Gestão será realizada pela servidora Ana Maria da Silva Fukushima de Souza, matrícula 100103, também lotada no Departamento de Suprimentos e Patrimônio.

41. São atribuições do Gestor do Contrato:

41.1. Analisar conclusivamente os relatórios e solicitações do Fiscal do Contrato:

41.1.1. Em caso de aplicação de sanção, instaurar o devido processo sancionador;

41.1.2. Em caso de rescisão, abrir o contraditório e a ampla defesa e opinar pelo cabimento ou não;

41.1.3. Em qualquer dos casos, encaminhar os autos à autoridade competente para decisão.

41.2. Solicitar pareceres técnicos e jurídicos, quando necessário.

41.3. Verificar se houve subcontratação ou cessão contratual em desacordo com o Contrato ou fora das hipóteses admitidas em Lei.

41.4. Conduzir o processo para prorrogação de prazos de vigência e execução dos contratos, de forma a não sofrer solução de continuidade, comunicando o Fiscal do Contrato, no prazo mínimo de 90 (noventa) dias antes do encerramento do prazo de execução, para que seja providenciada, por escrito, as justificativas necessárias e a prévia autorização da autoridade competente, conforme prevê o § 2 do artigo 57 da Lei Federal n.º 8.666/1993.

41.5. Com base nas informações do Fiscal do Contrato, auxiliar no controle dos quantitativos e valores estabelecidos, de modo a evitar aditamentos contratuais em virtude da falta de planejamento.

41.6. Anexar aos autos os relatórios encaminhados pelo Fiscal do Contrato, apondo o seu ciente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

42. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

42.1. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

42.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 – Londrina – PR





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA ONZE – DO REAJUSTE

43. Será admitido o reajuste dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou outro que venha a substituí-lo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

44. O interregno mínimo de 1 (um) ano será contado:

44.1. Para o primeiro reajuste: a partir da data limite para apresentação da proposta constante do Edital;

44.2. Para os reajustes subsequentes ao primeiro: a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste ocorrido ou precluso.

45. O prazo para a Contratada solicitar o reajuste encerra-se no momento da prorrogação contratual, devendo ser observado o interregno mínimo de 1 (um) ano para sua concessão.

46. Caso a Contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.

47. Se a vigência do Contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista no Edital.

48. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o novo índice de reajuste adotado, a Contratada deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo seja divulgado o novo índice, sob pena de preclusão.

49. Para a obtenção do índice do reajuste será considerado o interregno de um ano, contado do mês inicial da vigência do Contrato ou da última prorrogação ao mês imediatamente anterior ao seu encerramento.

50. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

50.1. A partir da data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano;

50.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros; ou

50.3. A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da solicitação da Contratada.

51. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao Contrato.

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 – Londrina – PR





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

CLÁUSULA DOZE – DA RESCISÃO CONTRATUAL

52. São motivos para a rescisão do presente instrumento as hipóteses previstas na legislação correlata aos Contratos Administrativos, especialmente as previsões do art. 78 da Lei n.º 8.666, de 1993.

53. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TREZE – DOS ANEXOS E DOS CASOS OMISSOS

54. Constituem documentos anexos a este instrumento: o Edital, os Anexos que o compõem (principalmente o Termo de Referência), a proposta e quaisquer informações prestadas por escrito pelo Prestador com preço registrado.

55. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 2002, Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, Lei Complementar n.º 123, de 2006, e da Lei n.º 8.666, de 1993, subsidiariamente.

CLÁUSULA QUATORZE – DA PUBLICAÇÃO

56. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação do extrato deste instrumento no Jornal Oficial do Município de Londrina, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINZE – DO FORO

57. O foro para dirimir questões relativas ao presente instrumento será o da Comarca de Londrina, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Londrina, datado e assinado eletronicamente.

Emanoel Edson de Oliveira Gomes
Presidente da Câmara Municipal de Londrina

Aparecido Rodrigues De Andrade
Representante da Contratada
Assinado de forma digital por APARECIDO RODRIGUES DE ANDRADE:50643649972
Dados: 2023.09.15 15:23:30 -03'00'

Edilene Balzanello
Representante da Contratada
Assinado de forma digital por EDILENE BALZANELLO:71400591953
Dados: 2023.09.15 15:06:03 -03'00'

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 – Londrina – PR

